

# O DEDO NA FERIDA

8. IV. 59

Raul Pilla

O DISCURSO há dias proferido pelo deputado João Agripino, líder da União Democrática Nacional, é notável, sobretudo, por sua objectividade. O orador pôs, como se diz, o dedo na ferida.

Está o País a braços com uma tremenda crise: crise que se pode dizer total, pois abrange todos os aspectos da vida nacional. Mas, havendo nela, como em todo quadro clínico complexo, distúrbios essenciais e distúrbios secundários, causas e efeitos, efeitos que por sua vez se tornam causas, mister se faz que a análise discrimine, classifique e hierarquize os fenómenos.

Ora, em face do gravíssimo quadro mórbido do País, o que fazem os homens responsáveis pelo seu destino, para constar que alguma coisa fazem, é sugerir charlatanescamente uma mal definida reforma da Constituição, como se nesta, e não no procedimento dos homens que a deveriam fazer funcionar, estivesse a causa imediata do mal e como se não fôsse agravá-lo dar a tais homens ainda mais amplos poderes.

Tome-se por exemplo uma nova divisão das rendas. Não há dúvida que a presente apresenta defeitos. Mas uma melhor distribuição evitará a dissipação e a irresponsabilidade que ora se verificam em tôdas as esferas da administração pública, da municipal à federal? E' evidente que não.

Neste complicado estado mórbido que é a crise brasileira, o ilustre deputado João Agripino apontou, não a causa única, mas a causa mais premente, sem a remoção da qual nada se conseguirá: a inflação. Propondo qualquer outro remédio, é realmente não querer resolver a situação e, pelo contrário, pretender continuar a explorá-la.

Não se pode, pois, prestar a mínima fé a quem, propondo reformas, embora pomposamente ditas de estrutura, não começa por estancar a inflação. Esta é a indicação primeira e urgente, mas que ninguém tem vontade, força e capacidade de realizar.

Entendamo-nos, porém. Com a inflação é a indicação imediata e urgente. E' como ligar uma artéria, por onde o sangue se esvai. Entretanto, sendo causa dos distúrbios mais agudos, tem a inflação, por sua vez, fatores profundos e institucionais. E' necessário reformar a Constituição, por certo, mas reformá-la seriamente, a fim de instituir no País um governo verdadeiramente democrático e responsável. Mas desafortunadamente não querem ouvir os atuais reformadores.